

RUBEM BRAGA

Chega de Salazar

O SR. TEOTÔNIO PEREIRA, ministro da Presidência, repete, a propósito do caso Galvão, aquela «boutade» salôia sôbre o caso do general Delgado. O general poderia sair a qualquer momento de Portugal desde que cumprisse as necessárias formalidades. Não havia motivo, portanto, para que se asilasse na Embaixada do Brasil. Mas, como se asilou, o govêrno português lhe nega salvo-conduto...

Sabemos que o Teotônio diz inverdades pela gorja. Duas vêzes quis o general Delgado sair de Portugal e duas vêzes lhe foi negado passaporte. Ele era prisioneiro de seu próprio país e sentiu, depois que lhe tiraram as imunidades do generalato, que ia para a cadeia mesmo.

Mas vamos que tenha se enganado; vamos que não estivesse na iminência de ser prêsô. Que custava ao govêrno português permitir que êle fôsse até o aeroporto acompanhado pelo nosso embaixador e embarcasse para o Brasil? Sabemos que tôdas as diligências feitas pelo Itamarati para encontrar uma fórmula qualquer que resolvesse o impasse foram repelidas. O Salazar empacou: não transige.

Ora, está claro que o embaixador Álvaro Lins não pode nem deve entregar o general Humberto Delgado à sanha do ditador. A honra do Brasil está comprometida no asilo que seu embaixador deu a um perseguido político. O embaixador do Brasil agiria como o mais reles dos «tiras» da ditadura se procedesse de maneira diferente. Tôda a consciência democrática do Brasil e de Portugal está a seu lado.

Sabemos que já houve uma certa manobra infeliz: outro embaixador brasileiro, também jornalista, fôra a Portugal ver meios de vencer o impasse. Não sabemos se a idéia foi do Itamarati ou do Catete. Sabemos que o embaixador Álvaro Lins dispensou dignamente os préstimos de seu colega — e fêz muito bem. Ora, não vemos por que motivo deva o govêrno brasileiro querer passar para trás o seu representante em Lisboa, cuja atitude foi totalmente correta e dentro de nossas melhores tradições. A ingerência de qualquer outro diplomata no caso é incabível. Ao govêrno de Lisboa e não a nós é que compete procurar uma solução: nós já temos a nossa, que é a normal, jurídica e humana — trazer o homem para o Brasil. A grosseira teimosia do govêrno lusitano não pode fazer o Brasil mudar de atitude: deve servir apenas para nos mostrar que temos sido demasiado generosos e benévolos com Salazar.

Por que não rever nossa posição no caso de Goa e dêsse tratado todo especial de amizade — de uma amizade que o Salazar despreza e pisa com a pata pesada de sua diplomacia?

Somos uma democracia e, por isso mesmo, que já fomos colônia, uma nação anticolonialista. Vivemos, entretanto, por amor a Portugal, a engulir sua torva ditadura e defender os interesses de seus negociantes de secos e molhados estabelecidos em Goa. Temos errado, e pagamos agora nosso êrro. Que o general Delgado viva até o fim de seus dias dentro de nossa embaixada, já que o Salazar não deixa que êle venha para nossa terra. Mas deixemos de servir de pára-raios, na ONU e no mundo, a uma ditadura tôrpe e a um Império de bobagem.